

## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	7
1. O direito da segurança e saúde do trabalho como direito nascente	7
2. Breve indicação histórica:	7
CAPÍTULO II – AS FONTES DE DIREITO	11
1. Breve apontamento sobre a existência, vinculatividade e vigência do direito	11
2. Lei (fonte imediata)	13
2.1. Hierarquia das leis	15
3. Costume	15
4. Uso	16
5. Jurisprudência	16
6. Doutrina	17
7. Codificação e Técnicas Legislativas. Procedimento para a feitura das leis	17
8. Processo Legislativo Comum	17
9. Controlo de legalidade	20
10. Problema da inconstitucionalidade	20
11. A fiscalização da inconstitucionalidade	21
12. Convenções ou Tratados Internacionais	21
13. O Direito Comunitário	22
14. Fontes de Direito do Trabalho	23
14.1. Lei constitucional	23
14.2. Código do Trabalho	24
14.3. Os instrumentos de regulamentação coletiva	25
14.4. O Regime Jurídico de Segurança e Saúde no Trabalho	26

14.5. Fontes internacionais	27
14.5.1. Convenções internacionais gerais	27
14.5.2. A Diretiva-Quadro do Conselho nº 89/391/CEE, de 12 de junho de 1989, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho	30
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO CONTRATUAL DAS RELAÇÕES	
LABORAIS	35
1. As relações laborais subordinadas	35
2. A presunção da celebração de um contrato de trabalho	35
3. Os contratos equiparados ao contrato de trabalho	36
4. Modalidades contratuais previstas no Código do Trabalho	36
4.1. Contrato a termo resolutivo	36
4.2. Trabalho a tempo parcial	38
4.3. Trabalho intermitente	38
4.4. Comissão de serviço	39
4.5. Teletrabalho	39
4.6. Trabalho temporário	41
CAPÍTULO IV – O REGIME JURÍDICO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
DE PREVENÇÃO DAS EMPRESAS	45
1. Quadro legislativo atual	45
2. Enquadramento dos serviços internos, comuns e externos	45
3. Princípios orientadores do enquadramento	46
4. A organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	49
4.1. Serviço interno	50
5. Serviços externos	53
5.1. Autorização administrativa do serviço externo	61
6. Serviço comum	65
6.1. Atividades técnicas de segurança e saúde no trabalho	65
7. Funcionamento dos serviços de segurança e saúde no trabalho	66
8. Direitos e deveres dos trabalhadores	68
8.1. Deveres dos trabalhadores	68
8.2. Direitos dos trabalhadores	71
CAPÍTULO V – O DIREITO DE SEGURANÇA NO TRABALHO E OS DIREITOS	
DE PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E DO CANDIDATO A EMPREGO	75
1. Questão prévia	75

2.	O direito à informação do empregador e sua articulação com os dados pessoais, sensíveis e hipersensíveis do trabalhador	76
3.	O direito à reserva da vida privada	78
4.	Testes e exames médicos	80
5.	A intervenção do médico do trabalho: promoção e vigilância na saúde	82
5.1.	A ficha de aptidão e o segredo médico	83

CAPÍTULO VI – A INTERVENÇÃO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA NO TRABALHO E DOS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 87

1.	O técnico superior de segurança no trabalho e o técnico de segurança no trabalho	87
2.	Os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho	89

CAPÍTULO VII – A PROTEÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHADORES VULNERÁVEIS NO DESEMPENHO LABORAL 91

1.	Menores	91
2.	Trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes	92
3.	Trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida	93
4.	Trabalhadores com deficiência ou doença crónica	94
5.	Trabalhador cuidador	95
6.	A proteção especial dos trabalhadores representantes	95
7.	A proteção dos trabalhadores vulneráveis em caso de despedimento ilícito	97
7.1.	Trabalhadora grávida, puérpera ou lactante ou trabalhador no gozo de licença parental	97
7.2.	Trabalhadores cuidadores	97
7.3.	Trabalhadores representantes	98
8.	Os trabalhadores vulneráveis e o tempo de trabalho	99
8.1.	Adaptabilidade por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	100
8.2.	Adaptabilidade individual	101
8.3.	Adaptabilidade grupal	101
9.	Banco de horas	101
9.1.	Banco de horas por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	101
9.2.	Banco de horas grupal	101
10.	Horário concentrado	102
10.1.	Progenitores de menor com deficiência ou doença crónica	102
10.2.	Trabalhadora grávida, puérpera ou lactante	102

10.3. Trabalhador com filho menor de 12 anos ou, independentemente da idade, filho com deficiência ou doença crónica	103
10.4. Menores	103
10.5. Trabalhador com deficiência ou doença crónica	104
10.6. Trabalhador-estudante	105
11. A penosidade no desempenho	105
11.1. Trabalho por turnos	105
11.1.1. Trabalhador-estudante	105
11.2. Trabalho suplementar	105
11.2.1. Trabalhador-estudante	106
11.2.2. Trabalhadora grávida e lactante e trabalhador(a) com filho de idade inferior a 12 meses	106
11.2.3. Trabalhadores menores	107
11.2.4. Trabalhador com deficiência ou doença crónica	107
11.3. Trabalho noturno	107
11.3.1. Maternidade	107
11.3.2. Trabalhadores menores	107
11.3.3. Trabalhadores com deficiência ou portadores de doença crónica	107
CAPÍTULO VIII – OS ACIDENTES DE TRABALHO	109
1. Nota prévia	109
2. Sujeitos abrangidos	112
3. Noção	113
4. Extensão do conceito	117
5. Exclusão e redução da responsabilidade	121
6. Agravamento da responsabilidade do empregador	127
7. Direito de indemnização	133
8. Direitos e deveres do trabalhador durante o período de incapacidade temporária parcial	135
9. A prescrição do direito à indemnização	136
10. Fundo de Acidentes de Trabalho	136
CAPÍTULO IX – AS DOENÇAS PROFISSIONAIS, AS DOENÇAS CRÓNICAS E AS DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA	139
1. As doenças profissionais	139
2. As doenças crónicas	139
3. As doenças de declaração obrigatória	140
4. A Tabela Nacional de Incapacidades	140

CAPÍTULO X – DIREITO PENAL DO TRABALHO	141
1. O direito penal do trabalho como realidade jurídica emergente	141
2. Crimes laborais	143
CAPÍTULO XI – O REGIME JURÍDICO DAS CONTRAORDENAÇÕES LABORAIS	147
1. Definição de ilícito contraordenacional	147
2. Sujeitos contra-ordenacionais	149
3. Moldura cominatória	149
4. Procedimento contraordenacional laboral	151
BIBLIOGRAFIA	153
ÍNDICE GERAL	155